

Deputado critica o aumento

Congresso
Scheila Bernadete

O aumento de 64,45% concedido aos parlamentares e servidores do Legislativo foi duramente criticado, ontem, pelo deputado Augusto Carvalho (PCB-DF). Ele acha que os deputados e senadores agiram em causa própria, pois até agora não mostraram esta agilidade para votar uma política salarial compatível com a realidade do País. O índice obtido com a soma de 37,8%, dado em maio e 20% em julho, foi baseado no reajuste das categorias privilegiadas através da Medida Provisória 296 e no aumento linear concedido ao funcionalismo público e aprovado no Senado, na última terça-feira.

O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, contesta que o reajuste do Legislativo tenha sido dos mais elevados. Conforme Sabino, o projeto do Governo contempla aumentos diferenciados que chegam à faixa dos 125%, além do reajuste linear. Ele explica que o reajuste foi igual para funcionários e parlamentares do Congresso, adotando-se como limite máximo da tabela de vencimentos o salário de Cr\$ 485.933,00, que tem correspondência em oito tabelas de categorias funcionais do Poder Executivo, excetuando o dos parlamentares, que passaram a receber Cr\$ 258 mil e 500.

Incorporando gratificações por exercer função de chefia, como o conhecido DAS (Direção e Assessoramento Superiores) — que após dez

anos é incluso ao salário e a partir de seis anos, é aumentado anualmente em 20% — e mais 1% de anuênio, os salários de alguns servidores chegam próximos aos dos deputados. Esta disparidade mereceu uma crítica da deputada Maria Laura (PT-DF) para a qual não se justifica o menor salário do Legislativo em Cr\$ 108 mil e do Executivo pouco mais de Cr\$ 45 mil. Estes são referentes às mesmas categorias, ou seja, telefonistas, datilógrafos e continuos.

Comparando as tabelas de reajuste do Legislativo e Executivo, Maria Laura registra a diferença salarial entre um professor universitário e um inspetor de segurança legislativa. Com o aumento, o docente titular que trabalha 40 horas semanais receberá Cr\$ 339.512,00. Já o inspetor legislativo, também com curso superior, teve seu reajuste para Cr\$ 459 mil.

De qualquer forma, a deputada, que foi presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, apesar de prever o protesto dos servidores do Poder Executivo, pela falta de isonomia, entende que para se fazer justiça, os salários de todos teriam que ser em torno de 80%, "que foi a perda salarial no período". Para o diretor administrativo do Sindilegis, Paulo Roberto Miranda, o aumento do Legislativo foi insuficiente. "Não concordo com o que a imprensa noticia, condenando o reajuste para os parlamentares, já que a crise é geral".